

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/XXXX

MINUTA

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE COMPUTAÇÃO DE BORDA (EDGE COMPUTING), COMPOSTA POR INFRAESTRUTURA DE DATACENTER COM CARACTERÍSTICAS TIER III E REDE DE COMUNICAÇÃO DE BAIXA LATÊNCIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL (SENAR-AR/MS) E A EMPRESA xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CONFORME EDITAL Nº 009/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026 E SEUS ANEXOS.

O **Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Mato Grosso do Sul** pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 04.253.881/0001-03, estabelecida na Rua Marcino dos Santos, n.º 401, Chácara Cachoeira II, em Campo Grande/MS, neste ato representado, conforme PORTARIA N.º 013/21/PRES.CA, pelo Superintendente, **Sr. Lucas D. Galvan**, brasileiro, portador do RG n.º 33.430.987-6 SSP/SP e CPF n.º 996.035.431-87, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado **SENAR-AR/MS**, e a empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º....., Inscrição Estadual n.º....., Inscrição Municipal n.º....., com sede na, neste ato representada por, portador do RG n.º..... e do CPF n.º, e-mail, doravante denominada **CONTRATADA** celebram o presente CONTRATO de prestação de serviços, de acordo com o que determina o Regulamento de Licitações e Contratos (RLC) do SENAR, revisto e consolidado pela Resolução n.º 030/2024/CD, de 02/05/2024 do Conselho Deliberativo do SENAR e legislação pertinente, bem como cláusulas e condições constantes do ato convocatório, o qual decorre da

homologação do resultado do Pregão Eletrônico n.º 009/2026, pelo Presidente do Conselho de Administração do SENAR-AR/MS, aplicando-se a este as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de solução de Computação de Borda (Edge Computing), composta por infraestrutura de datacenter com características TIER III e rede de comunicação de baixa latência para atendimento das demandas do **SENAR-AR/MS**.

1.1.1. DAS CARACTERÍSTICAS DO OBJETO

Lote	Item	Detalhamento Técnico	Unid. de Medida	Qtde	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	1	Capacidade computacional equivalente a vCPUs de classe Intel Xeon Gold, AMD EPYC ou superior, overcommit controlado e suporte a instruções avançadas de desempenho e segurança (vCPUs), ID INTERNO: 28831.	Serviço	4800	xxxxx	Xxxxx
	2	Memória RAM de alto desempenho, com overcommit controlado (GB), ID INTERNO: 28830.	Serviço	8400	xxxxx	Xxxxx
	3	Pool de armazenamento híbrido, com 50 TB úteis, capacidade de sustentar na ordem de 10.000 a 20.000 IOPS aleatórios (4 KB random), latência típica na faixa de 3 a 10 ms, com proteção de dados baseada em RAID-5 ou tecnologia equivalente, ID INTERNO: 28829.	Serviço	600	xxxxx	Xxxxx
	4	Pool de armazenamento All-Flash (SSD ou NVMe), com 30 TB úteis, capacidade de sustentar dezenas de milhares de IOPS aleatórios (4 KB random), podendo superar 40.000 IOPS, e latência média típica na faixa de 1 a 5 ms, adequado a aplicações de alta demanda de entrada e saída de dados, ID INTERNO: 28828.	Serviço	360	xxxxx	Xxxxx
	5	Serviço de resiliência e proteção de dados, com observância à regra 3-2-1-1-0, contemplando backup local e offsite, imutabilidade e verificação de integridade periódica (TB), ID INTERNO: 28827.	Serviço	960	xxxxx	Xxxxx
	6	Link dedicado - MPLS (1Gbps), ID INTERNO: 28826.	Meses	12	xxxxx	Xxxxx

1.1.2. DETALHAMENTO DO OBJETO

1.1.2.1. o Item 1 - 4800 vCPUs

A quantidade de 400 vCPUs utilizada por mês (totalizando um acumulado de 4800 vCPUs no ano) é necessária para atender às cargas de trabalho atuais e futuras, abrangendo sistemas corporativos, plataformas educacionais, serviços administrativos, sistemas gerenciais, aplicações de análise de dados, serviços de rede e ambientes de missão crítica. O uso de processadores de classe Intel Xeon Gold ou AMD EPYC ou superior garante desempenho elevado, instruções avançadas de segurança e estabilidade compatível com ambientes de alta disponibilidade. O overcommit controlado assegura melhor utilização dos recursos físicos sem comprometimento da performance.

1.2.2.2. Item 2 - 8400 GB de Memória RAM

Os 700 GB de memória utilizada por mês (totalizando um acumulado de 8400 GB no ano) são necessários para suportar a execução simultânea de múltiplas máquinas virtuais, bancos de dados, aplicações sensíveis à latência e ferramentas de gestão, além de garantir folga operacional para picos de uso e expansão. O uso de RAM de alto desempenho e com overcommit controlado segue as melhores práticas para ambientes críticos, preservando a estabilidade e reduzindo riscos de indisponibilidade.

1.2.3. Item 3 - 600 TB de Armazenamento Híbrido (Desempenho Equilibrado)

O pool de armazenamento híbrido é destinado a cargas que exigem equilíbrio entre capacidade e desempenho, atendendo servidores de arquivos, aplicações corporativas de menor criticidade, máquinas virtuais de uso geral e bases de dados intermediárias.

A capacidade útil de 50 TB utilizada por mês (totalizando um acumulado de 600 TB no ano) permite acomodar o crescimento de dados operacionais, mantendo desempenho adequado às necessidades do ambiente, com latência típica entre 3 e 10 ms em workloads corporativos e capacidade de sustentar na ordem de 20.000 IOPS em blocos de 4 KB, conforme o perfil de acesso e o nível de concorrência.

O ambiente é projetado para oferecer custo-benefício por meio de arquitetura híbrida, utilizando camadas de armazenamento otimizadas para dados mais acessados, com monitoramento contínuo e mecanismos de priorização que asseguram responsividade adequada para as aplicações suportadas.

Os valores de desempenho estão condicionados às características do workload, incluindo perfil de acesso, concorrência e tamanho de bloco, sendo acompanhados continuamente por métricas de latência média e percentis (P95/P99).

1.2.3.1. Item 4 - 360 TB de Armazenamento All-Flash NVMe (Alto Desempenho)

O pool de armazenamento All-Flash NVMe é destinado a aplicações de missão crítica, bancos de dados sensíveis, sistemas transacionais, plataformas analíticas e serviços que demandam baixa latência e elevada capacidade de operações de entrada e saída.

A capacidade útil de 30 TB utilizada por mês (totalizando um acumulado de 360 TB no ano) permite absorver o crescimento de dados estratégicos da instituição, garantindo desempenho consistente, com latência média entre 1 e 5 ms em workloads corporativos e sustentação superior a 40.000 IOPS em blocos de 4 KB, conforme o padrão de acesso e o nível de concorrência do ambiente.

O ambiente é projetado para operação contínua, com controle de concorrência, monitoramento de latência e mecanismos de priorização de cargas críticas, assegurando elevada responsividade e estabilidade para aplicações estratégicas.

Os valores de desempenho estão condicionados às características do workload, incluindo perfil de acesso, concorrência e tamanho de bloco, sendo acompanhados continuamente por métricas de latência média e percentis (P95/P99).

1.2.3.2. Item 5 - 960 TB de Serviços de Proteção e Resiliência de Dados (Regra 3-2-1-1-0)

A contratação de 80 TB utilizada por mês (totalizando um acumulado de 960 TB no ano) para serviços de backup local e offsite segue as melhores práticas internacionais de proteção de dados, garantindo: Três cópias dos dados; dois tipos de mídia; uma cópia fora do site; uma cópia imutável; zero erros após verificação de integridade.

Esse volume contempla o crescimento projetado das bases institucionais, assegura recuperação rápida em eventuais incidentes e reforça a conformidade com a LGPD, especialmente no monitoramento, rastreabilidade e preservação da integridade dos dados pessoais.

1.2.3.3. Item 6 - Link MPLS Dedicado de 1 Gbps

O link dedicado é essencial para interconectar o ambiente de borda à infraestrutura corporativa do SENAR-AR/MS com baixa latência, alta confiabilidade e tráfego garantido. O uso de MPLS é indicado para ambientes críticos, pois oferece priorização de tráfego, isolamento lógico, SLA elevado e segurança aprimorada, assegurando comunicação estável e performance consistente entre os ambientes distribuídos.

1.3. ARQUITETURA E ABRANGÊNCIA DA SOLUÇÃO

1.3.1. A CONTRATADA deverá prover infraestrutura de computação e armazenamento distribuído, instalada em datacenter com características equivalentes ao nível Tier III do Uptime Institute, com disponibilidade mínima de 99,982%, apta a hospedar máquinas virtuais e serviços críticos de forma isolada, resiliente e com baixa latência;

1.3.1.2. Deverá incluir rede de interconexão de alta performance, garantindo latência máxima ponta a ponta de até 10 milissegundos entre os nós de computação do provedor de Edge Computing e o ambiente central do SENAR-AR/MS, localizado na Rua Marcino dos Santos, 401, Campo Grande/MS, CEP 79040-902.

1.3.1.3. O ambiente deverá ser composto por recursos dedicados de computação, memória e armazenamento, com suporte, no mínimo, a:

1.3.1.3.1. Virtualização de cargas de trabalho (máquinas virtuais Windows e Linux), com isolamento lógico entre tenants e serviços;

1.3.1.3.2. Gerenciamento de snapshots e backups e monitoramento de métricas de desempenho e integridade;

1.3.1.3.3. Gerenciamento centralizado por console web, com acesso seguro via HTTPS, autenticação multifator (MFA) e controle de privilégios baseado em identidade;

1.3.1.3.4. Integrações via API REST e CLI, permitindo automação, provisionamento e observabilidade por meio de ferramentas externas de gestão.

1.3.1.4. A arquitetura deverá ser modular e escalável, permitindo expansão linear de recursos (CPU, memória, armazenamento e rede) sem interrupção dos serviços em execução e sem substituição integral dos equipamentos existentes.

1.3.1.5. A solução deverá ser fornecida de forma integrada end-to-end, compreendendo todos os componentes de hardware, software e conectividade necessários à sua operação. Não serão aceitos modelos baseados exclusivamente em hosting, colocation ou simples aluguel de infraestrutura.

1.3.1.6. O ambiente deverá garantir isolamento por tenant, com segregação lógica obrigatória entre inquilinos, abrangendo isolamento de identidade, rede, dados, armazenamento e recursos computacionais, assegurando confidencialidade, integridade, disponibilidade e desempenho independente. O isolamento deverá ser implementado por meio de mecanismos técnicos verificáveis, incluindo segmentação de rede, domínios lógicos independentes, políticas de controle de acesso, criptografia e controle de qualidade de serviço (QoS), com trilhas de auditoria e evidências passíveis de validação na Prova de Conceito.

1.4. Cumprir com todas as especificações do objeto descritas no Termo de Referência, Edital e seus anexos.

1.5. O Edital e os ANEXOS I, II, III, IV, V e VI são considerados partes integrantes e indissociáveis deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS

2.1. Integram este instrumento os documentos a seguir discriminados, cujo inteiro teor as partes declaram ter conhecimento e aceitam, independentemente de sua anexação:

a) Edital nº 009/2026 e seus Anexos.

b) Proposta de Preços da **CONTRATADA**.

c) Documentos de Habilitação.

d) Demais elementos integrantes do processo licitatório.

2.2. Os documentos referidos no item anterior são considerados suficientes para, em complemento a este instrumento, definirem a sua extensão, e desta forma, reger sua adequada execução, independentemente de transcrição.

2.3. O presente instrumento tem-se por instruído com as certidões de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal e Previdência Social (INSS), Fazenda Estadual ou Municipal (aquela que for pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste instrumento), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho (CNDT – TST) da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DAS FONTES DE RECURSO

3.1. O valor da contratação é de **R\$ xxxxxx** (xxxxxxxxxxxxxx).

3.2. As despesas com a contratação correrão por conta dos recursos previstos no orçamento anual do **SENAR-AR/MS**, por conta do seguinte **CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO: 8701**.

3.3. Fica a **CONTRATADA** obrigada a aceitar os acréscimos em até 50% do valor global atualizado do contrato, mediante justificativa do **SENAR-AR/MS**, na forma do art. 38 do RLC do SENAR e suas alterações.

3.3.1. O contrato poderá ainda sofrer supressões, nos limites estabelecidos entre as partes.

3.3.2. Os acréscimos e supressões deverão ser calculados sobre o valor inicial atualizado do contrato e serão formalizados por meio de termo aditivo ao contrato, na forma do art. 38 do RLC do SENAR e suas alterações.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

4.1. O presente instrumento vigorará pelo período de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de xx de xxxxx de xxxx, podendo ser prorrogado até o limite de 10 (dez) anos, nos termos do art. 33 do RLC do SENAR, desde que verificadas as hipóteses de conveniência e oportunidade por parte do **SENAR-AR/MS** cumuladas ao interesse da **CONTRATADA**.

4.1.1. Em havendo prorrogação de prazo poderá ser discutido o reajuste de preços, decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do presente contrato, utilizando-se a variação do IGPM/FGV ou INPC, acumulado em 12 (doze) meses, o que apresentar menor variação, adotando-se a seguinte fórmula:

4.1.1.1. Fórmula de cálculo: $Pr = P + (P \times V)$. **Onde:** Pr= preço reajustado, ou preço novo; P= preço atual (antes do reajuste); V= variação percentual obtida na forma do primeiro item desta cláusula, de modo que $(P \times V)$ significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

4.1.2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto, ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.1.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

4.1.4. A manifestação de interesse na prorrogação e no reajuste previsto neste instrumento deverá ser precedida de solicitação formal da **CONTRATADA**, com antecedência de 60 (sessenta) dias.

4.1.4.1. O documento poderá ser protocolado na sede do **SENAR-AR/MS** ou ainda encaminhado anexo ao e-mail do fiscal do contrato, em formato “.pdf”, assinado pelo representante legal da **CONTRATADA**.

4.1.4.2. Caso a **CONTRATADA** não manifeste tempestivamente o interesse no reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

4.1.4.3. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

4.1.4.4. O prazo indicado no item **4.1.4.** é necessário para conclusão dos procedimentos que antecedem a prorrogação e ainda, caso seja necessária a realização de novo processo licitatório, por ausência de interesse das partes na prorrogação do contrato.

4.1.5. A manifestação de interesse na prorrogação e no reajuste será respondida pelo **SENAR-AR/MS** antes da elaboração de termo aditivo ao contrato.

4.1.6. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da **CONTRATADA**, nos termos do primeiro item desta cláusula.

4.2. Todas as alterações contratuais por acordo entre as partes, desde que justificadas e as decorrentes de necessidade de prorrogação ou alterações de preço e/ou prazo deverão ser formalizadas por meio de **TERMO ADITIVO**, desde que observados os motivos de conveniência e oportunidade, hipóteses legais previstas no RLC do SENAR.

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto, após assinatura do contrato e início de sua vigência, ocorrerá em conformidade com as características e quantidades indicadas neste instrumento, atendendo as necessidades do SENAR-AR/MS.

5.1.1. Após a assinatura do contrato e vigência, a **CONTRATADA** realizará a alocação, provisionamento e ativação do ambiente dedicado ao **SENAR-AR/MS** em sua plataforma de Edge Computing previamente validada na Prova de Conceito, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis, compreendendo, quando aplicável, a expansão de capacidade, configuração específica do ambiente, integração com a infraestrutura do **SENAR-AR/MS**, execução de testes

operacionais e emissão de Termo de Aceite Técnico, em conformidade com as características e quantidades indicadas neste instrumento, atendendo as necessidades do **SENAR-AR/MS**.

5.2. A integração da solução com a infraestrutura tecnológica da sede administrativa do **SENAR-AR/MS**, localizada na Rua Marcino dos Santos, nº 401, Bairro Chácara Cachoeira II, Campo Grande/MS, CEP 79040-902, deverá observar o horário de expediente institucional para atividades que demandem interação presencial ou acompanhamento técnico, de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h às 17h.

5.3. O objeto entregue e recebido será considerado definitivamente aceito na forma e/ou condições acordadas neste instrumento após 03 (três) dias úteis, acaso não recusado.

5.3.1. Transcorrido o prazo supra, não caberá ao **SENAR-AR/MS** quaisquer questionamentos por falta de conferência quando do recebimento do objeto.

5.4. O SENAR-AR/MS poderá recusar o serviço prestado de forma insatisfatória, ou que apresente defeitos ou até mesmo seja considerado imprestável, devendo a **CONTRATADA** promover a correção às suas expensas, bem como, poderá cancelar o Contrato ou documento equivalente, no todo ou em parte, de acordo com sua conveniência.

5.5. A aprovação do objeto pela inspeção ou a sua dispensa, não diminui e nem altera a plena e total garantia e não exclui a responsabilidade civil da **CONTRATADA** por vícios de quantidade ou qualidade na execução do objeto, bem como no material empregado ou disparidade com as especificações técnicas exigidas neste instrumento ou atribuídas a **CONTRATADA**, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades verificadas durante sua utilização, garantindo-se ao **SENAR-AR/MS** as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor – CDC).

5.6. Serão garantidas ao **SENAR-AR/MS** todas as garantias legais relacionadas à prestação dos serviços sem prejuízo àquelas fornecidas pelos fabricantes quanto a eventuais defeitos e vícios dos equipamentos.

5.7. Na execução do objeto deverão ser observadas, de modo geral, as Especificações, Posturas, Normas Técnicas, Leis e Regulamentos vigentes em todo o território nacional, bem como será necessário possuir e/ou observar, independente de exigência expressa neste instrumento ou seus anexos, as licenças, alvarás e/ou certificados necessários à fabricação, comercialização, distribuição, fornecimento e/ou prestação de serviços relacionados a qualquer dos materiais envolvidos na execução do objeto contratado, incluindo, mas não se limitando, as expedidas pelos órgãos fiscalizadores, agências de regulação, institutos de metrologia, órgãos de controle ambiental.

5.8. Disponibilizar a solução contratada em ambiente seguro, estável e de alta disponibilidade, assegurando nível mínimo de 99,982% (Tier III), conforme níveis de serviço (SLA) estabelecidos neste Termo de Referência.

5.9. Realizar a instalação, configuração, testes e validação funcional de todos os componentes de hardware e software da solução, com emissão de relatório técnico de aceite.

5.10. Assegurar que todos os dados armazenados, processados ou transmitidos atendam aos princípios de confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade e rastreabilidade, em conformidade com a LGPD (Lei nº 13.709/2018) e com as políticas internas do **SENAR-AR/MS**.

5.11. Cumprir integralmente os prazos e condições de suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, atendimento a incidentes, atualizações e demais serviços definidos neste Termo de Referência.

5.12. Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação técnica, jurídica, fiscal e trabalhista, bem como as certificações e qualificações exigidas para execução do objeto.

5.13. Fornecer ao **SENAR-AR/MS** documentação técnica atualizada, incluindo manuais operacionais, diagramas lógicos e físicos, registros de configuração, matrizes de compatibilidade e histórico de alterações.

5.14. Garantir que todos os dados processados ou armazenados no ambiente possam ser exportados, migrados ou restaurados pelo **SENAR-AR/MS**, a qualquer tempo, em formato aberto e interoperável, sem cobrança adicional e sem dependência tecnológica da **CONTRATADA**.

5.15. Assegurar que o processamento e armazenamento dos dados ocorrerão exclusivamente em território nacional, salvo autorização formal e prévia do **SENAR-AR/MS**, garantindo soberania e governança dos dados.

5.16. Implementar e manter controles de segurança, incluindo gestão de acessos, criptografia, hardening dos sistemas, atualizações de firmware/software e proteção contra códigos maliciosos, devendo registrar e disponibilizar evidências para auditoria.

5.17. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto deste Instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, já contemplando o prazo de execução do objeto, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 33 do RLC do SENAR, desde que verificadas as hipóteses de conveniência e oportunidade por parte do **SENAR-AR/MS** cumuladas ao interesse da **CONTRATADA**.

6.2. O pagamento, decorrente da execução do objeto será efetuado mensalmente, por meio de crédito em conta bancária de natureza jurídica após a apresentação da nota fiscal e recebimento

do objeto, em até 25 (vinte e cinco) dias, respeitando o Cronograma de Pagamentos do **SENAR-AR/MS**, onde:

a) Os pagamentos serão efetuados nos dias 15 e 30 de cada mês, mediante crédito em conta bancária de sua titularidade, sendo programados para o primeiro dia útil subsequente caso recaiam sobre feriado, final de semana ou data em que não haja expediente no **SENAR-AR/MS**.

b) As notas fiscais recebidas e aceitas entre os dias 21 e o dia 05 do mês seguinte terão seus pagamentos executados no dia 15 mais próximo.

c) As notas fiscais recebidas e aceitas entre os dias 06 e 20 de cada mês terão seus pagamentos executados no dia 30 mais próximo.

6.2.1. A liquidação financeira ficará condicionada à entrega e aceitação do objeto, bem como o envio da respectiva nota fiscal para o e-mail notafiscal@senarms.org.br.

6.2.2. Os documentos fiscais encaminhados em data que não houver expediente no **SENAR-AR/MS**, serão considerados como recebidos no primeiro dia útil subsequente.

6.2.3. As notas fiscais deverão ser encaminhadas para o e-mail notafiscal@senarms.org.br no ato de sua emissão, a fim de evitar transtornos caso seja necessário o seu cancelamento.

6.2.4. Não produzirão efeitos, notas fiscais endereçadas a e-mail que não seja aquele previsto no **subitem 6.2.3**, nem documentos fiscais cujo envio não tenha sido autorizado pelo **SENAR-AR/MS**.

6.3. A nota fiscal, para liquidação e pagamento da despesa deverá estar obrigatoriamente atestada pelo **SENAR-AR/MS**, acompanhada do relatório mensal dos serviços executados no período faturado, ficando a **CONTRATADA** obrigada a comprovar a regularidade fiscal para com a Fazenda Federal e Previdência Social (INSS), Fazenda Estadual ou Municipal (aquela que for pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste instrumento), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho (CNDT – TST).

6.3.1. Caso a execução do objeto seja realizada através de nota fiscal da Matriz ou Filial cujo CNPJ seja diferente do constante na Proposta apresentada, esta deverá estar acompanhada das mesmas certidões mencionadas no item anterior.

6.3.1.1. Somente poderá ocorrer a situação acima, caso não ocorra à alteração de Alíquota de ICMS ou qualquer outro custo que possa ser creditado ao **SENAR-AR/MS**.

6.4. Deverá constar na nota fiscal emitida: o objeto, o período faturado, as quantidades, o valor unitário, o valor total, o número da conta bancária de natureza jurídica, agência e banco a ser efetuado o pagamento, o número do Contrato.

6.5. Valores constantes da Nota Fiscal deverão refletir fidedignamente o objeto contratado pelo **SENAR-AR/MS**.

6.6. As notas fiscais não aprovadas pelo **SENAR-AR/MS** serão devolvidas à **CONTRATADA**, para as devidas correções, acompanhadas dos motivos de sua rejeição, renovando-se o prazo

para pagamento estabelecido no **subitem 5.2** deste Instrumento, a partir da sua reapresentação, sem qualquer tipo de correção de seu valor.

6.7. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos pertinentes à execução do objeto não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao **SENAR-AR/MS**, nem pode onerar o objeto contratado.

6.8. O pagamento dos itens 1, 2, 3, 4 e 5 será realizado com base nos recursos efetivamente alocados e disponibilizados ao **SENAR-AR/MS**. Para esse fim, a **CONTRATADA** deverá encaminhar, juntamente com a respectiva Nota Fiscal, relatório comprobatório dos recursos alocados de forma exclusiva ao **SENAR-AR/MS**.

6.9. O item 6 caracteriza-se como serviço de natureza contínua, sendo faturado mensalmente por valor fixo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além das demais previstas neste documento ou dele decorrentes:

7.1.1. Designar um responsável para fiscalização e ser o contato de referência para todas e quaisquer soluções necessárias visando a boa execução deste instrumento.

7.1.2. Cumprir o objeto do presente instrumento, executando o objeto em estrita observância as exigências contidas neste Instrumento, Termo de Referência, Edital e seus anexos, realizando inclusive as substituições que se fizerem necessárias, ainda que em casos de greve ou paralização de qualquer natureza.

7.1.3. Manter, durante a vigência deste instrumento, todas as condições de habilitação válidas, apresentando sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal, bem como quaisquer outras determinações legais que sejam próprias de seu ramo de atividade mesmo que não inseridas neste instrumento ou instrumentos a ele vinculados.

7.1.4. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

7.1.5. Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto desta contratação, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias.

7.1.6. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento deste instrumento.

7.1.7. Praticar rigorosamente os preços estabelecidos na sua Proposta de Preços para a execução do objeto.

7.1.8. Não subcontratar ou transferir em hipótese alguma os direitos advindos deste instrumento a terceiros, seja a que título for.

7.1.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

7.1.10. Comunicar ao responsável indicado pelo **SENAR-AR/MS** sobre qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.

7.1.11. Encaminhar as notas fiscais para pagamento juntamente com as certidões de regularidade fiscal e outros documentos que se fizerem necessários.

7.1.12. Comunicar imediatamente ao **SENAR-AR/MS** qualquer alteração em seus dados cadastrais.

7.1.13. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender, corrigindo imediatamente as deficiências apontadas, sejam elas relativas à execução do objeto ou burocráticas, bem como dará ciência ao **SENAR-AR/MS**, prontamente e por escrito, de qualquer anormalidade verificada na execução do objeto.

7.1.14. Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados, ao **SENAR-AR/MS** e/ou a terceiros, por seus empregados e/ou prepostos, dolosa ou culposamente, quando da execução do objeto.

7.1.15. É de exclusiva responsabilidade de cada parte CONTRATANTE, promover a segurança de seus empregados e/ou contratados contra riscos de acidentes de trabalho, observando, rigorosamente, todas as prescrições legais, cabendo-lhes, portanto, integral responsabilidade por qualquer adicional relativo à remuneração, salários, inclusive o de periculosidade ou insalubridade, seguro de responsabilidade civil e de acidentes pessoais a seus empregados.

7.1.16. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, sem justificativas aceitas pelo **SENAR-AR/MS**, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar a aplicação das sanções previstas na legislação vigente.

7.2. Constituem obrigações do **SENAR-AR/MS**, além das demais previstas neste documento ou dele decorrentes:

7.2.1. Designar formalmente um responsável para fiscalizar, atestar e acompanhar a execução do objeto pela **CONTRATADA**.

7.2.2. Arcar com os compromissos financeiros decorrentes da execução do objeto, nos prazos estabelecidos no presente instrumento.

7.2.3. Fornecer informações, dados e elementos à **CONTRATADA**, das especificações e características pertinentes à execução do objeto.

7.2.4. Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa desempenhar seus serviços dentro das normas/especificações contidas neste instrumento e na legislação pertinente em vigor.

7.2.5. Rejeitar qualquer material/produto/serviço em desacordo com as orientações passadas pelo **SENAR-AR/MS** ou com as especificações constantes neste Instrumento, no Termo de Referência, no Edital e seus Anexos.

7.2.6. Notificar, formal e tempestivamente a **CONTRATADA** sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste instrumento.

7.2.7. Notificar a **CONTRATADA** fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades encontradas na execução do objeto.

7.2.8. Atestar as notas fiscais correspondentes, por intermédio da unidade demandante/fiscalizadora.

7.2.9. Efetuar os pagamentos na forma convencionada, dentro dos prazos, desde que atendidas às formalidades previstas.

7.2.10. Não permitir que outrem execute o objeto desta contratação que se obrigará a **CONTRATADA**.

7.2.11. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

7.3. Não se estabelece, por força deste contrato, direta ou indiretamente, qualquer vínculo empregatício, obrigação, ou responsabilidade de uma Parte **SENAR-AR/MS** à outra, com relação aos profissionais que a **CONTRATADA** eventualmente disponibilizar para o cumprimento do objeto deste contrato, correndo por conta exclusiva da **CONTRATADA** todos os encargos decorrentes de legislação vigente, seja trabalhista, previdenciária, securitária, civil ou quaisquer outros que vierem a ser criados pelos Órgãos Públicos, sindicatos e entidades representativas das categorias.

<p>CLÁUSULA OITAVA – DA OBSERVÂNCIA DO CÓDIGO DE CONDUTA E DAS POLÍTICAS DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE DO SENAR-AR/MS</p>

8.1. A **CONTRATADA**, em caráter irrevogável e irretratável, assume o fiel cumprimento do Programa de Integridade do **SENAR-AR/MS**, pautando sua conduta durante a vigência de toda a relação contratual nos princípios da ética, da integridade e da moralidade e boa-fé, incluindo, mas não se limitando, a evitar por si e/ou através de terceiros, seja total ou parcialmente, direta e/ou indiretamente, relações e condutas que incorram na prática de atos de corrupção, fraudes ou demais atos ilícitos e contrários às Políticas de Integridade da entidade, sob pena de responsabilização e rescisão contratual.

8.1.1. A **CONTRATADA** se obriga a adotar conduta justa e ética, respeitando as diretrizes

estabelecidas no Código de Conduta do **SENAR-AR/MS**, disponível no endereço eletrônico <http://www.senarms.org.br>, o qual desde já declara conhecer e estar vinculada.

8.1.2. A **CONTRATADA** se compromete, ainda, a instruir seus colaboradores alocados na execução deste contrato, sobre o cumprimento obrigatório das diretrizes contidas no Código de Conduta do **SENAR-AR/MS**.

CLÁUSULA NONA – DO DEVER DE MANTER SIGILO

9.1. A **CONTRATADA** obriga-se a manter em absoluta confidencialidade todas as informações, dados e documentos, aos quais terá acesso em razão da execução deste instrumento, não podendo divulgar, ceder, doar, repassar, vender, reproduzir por quaisquer meios ou transferir as informações, a qualquer título, em qualquer tempo e circunstância, tampouco usá-las em benefício próprio ou de terceiros ou para finalidade diversa da ora ajustada, salvo mediante autorização expressa e por escrito do **SENAR-AR/MS**.

9.1.1. Entende-se por informações confidenciais toda a informação não conhecida pelo público em geral, quer sejam de origem técnica, comercial ou de qualquer outra natureza, manifestadas de forma tangível ou intangível.

9.2. A **CONTRATADA** deve ainda, adotar todas as providências necessárias para somente transmitir as informações a que tiver acesso os seus sócios, integrantes não-sócios, prepostos, representantes, empregados, estagiários, colaboradores e/ou prestadores de serviços que necessitem ter acesso às mesmas para a execução deste instrumento, obrigando-se a cumprir com todas as obrigações de confidencialidade contidas nesta cláusula.

9.3. Se a **CONTRATADA** for obrigada, por ordem judicial, administrativa ou de órgão governamental, por lei, norma, regulamentação ou por intimação ou outro procedimento legal aplicável à divulgação de informações confidenciais, ela poderá fazê-lo sem que seja caracterizado o descumprimento desta cláusula, desde que o **SENAR-AR/MS** seja imediatamente notificado acerca de referida solicitação e que a tenha cumprido no limite do exigido.

9.4. Caso a **CONTRATADA** utilize, em benefício próprio ou de terceiros, informações sigilosas às quais tenha acesso por força de suas atribuições contratuais, será rescindido, de imediato, o contrato firmado, sem prejuízo de ser responsabilizada civil, criminal e administrativamente e, eventual, apuração e retenção dos créditos decorrentes de sua execução, até os limites dos prejuízos causados ao **SENAR-AR/MS**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. O **SENAR-AR/MS** fiscalizará a execução do objeto pela **CONTRATADA** por meio de colaborador designado formalmente e que verificará o cumprimento das especificações solicitadas, no todo ou em parte, no sentido de corresponderem ao desejado ou especificado.

10.2. A fiscalização pelo **SENAR-AR/MS** não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto desse instrumento.

10.3. A ausência de comunicação por parte do **SENAR-AR/MS**, referente a irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas nesse instrumento.

10.4. A fiscalização se reserva ao direito de impugnar caso a execução do objeto pela **CONTRATADA** não forem entregues a contento, ficando a **CONTRATADA** obrigada a refazê-los, sem quaisquer ônus para o **SENAR-AR/MS**.

10.5. O fiscal deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto neste instrumento.

10.6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

10.6.1. A medição de resultados será baseada nos Acordos de Nível de Serviço (SLA) estabelecidos neste Termo de Referência, devendo ser observados, no mínimo, os seguintes indicadores quantitativos:

10.6.1.1. Disponibilidade da solução: $\geq 99,982\%$ em regime mensal, considerando todos os componentes e funcionalidades essenciais.

10.6.1.2. Tempo máximo de resposta para incidentes críticos: até 2 (duas) horas úteis, com confirmação formal do registro do incidente.

10.6.1.3. Tempo máximo de resolução para incidentes críticos: até 8 (oito) horas úteis, salvo hipóteses devidamente justificadas e aprovadas pelo **SENAR-AR/MS**.

10.6.1.4. Atendimento técnico contínuo em regime 24x7x365, com canais de suporte definidos contratualmente.

10.6.2. O desempenho operacional será comprovado mediante relatórios técnicos mensais, emitidos automaticamente pela solução ou pelo sistema de monitoramento da **CONTRATADA**, contendo:

10.6.2.1. Indicadores de disponibilidade e interrupções.

10.6.2.2. Histórico e status de incidentes e chamados.

10.6.2.3. Tempos de resposta e de resolução comparados aos SLAs.

10.6.2.4. Eventos de segurança e conformidade aplicáveis.

10.6.2.5. Os relatórios deverão ser validados pela equipe técnica do **SENAR-AR/MS**, que poderá requisitar esclarecimentos e evidências adicionais sempre que julgar necessário.

10.6.3. O descumprimento dos SLA estabelecidos acarretará:

10.6.3.1. Advertência formal.

10.6.3.2. Aplicação de compensação contratual proporcional, conforme previsto no contrato e nas penalidades administrativas.

10.6.3.3. Adoção de medidas corretivas imediatas para prevenir reincidência.

10.6.4. A deterioração recorrente do desempenho ou inobservância reiterada de SLAs poderá configurar inadimplemento contratual, passível de rescisão e demais consequências legais.

10.6.5. ANEXO II - TABELA DETALHADA DE SLA

INDICADOR	NÍVEL ESTABELECIDO	MÉTRICA	MÉTODO DE VERIFICAÇÃO	CONSEQUÊNCIA
Disponibilidade mensal	≥ 99,982%	Por serviço crítico	Monitoramento automático	Compensação proporcional
Resposta incidente crítico	≤ 2h úteis	Do registro à tomada de ação	Ticketing / Logs	Advertência e penalidades
Resolução incidente crítico	≤ 8h úteis	Restauração completa	Relatório pós-incidente	Multa e escalonamento
Suporte técnico	24x7x365	Disponibilidade dos canais	Evidência de atendimento	Penalidades se falhar
Manutenção programada	≤ 2h/mês	Tempo total de janela	Cronograma aprovado	Desconto se exceder

Disponibilidade (%) = $100 \times (TT - DT) / TT$ (TT = tempo total do período / DT = downtime não permitido).

10.7. O cumprimento dessas obrigações será acompanhado pelo Gestor e Fiscal do Contrato, designados pelo **SENAR-AR/MS.**, cabendo à Administração adotar as medidas previstas em caso de descumprimento contratual.

10.7.1. A execução dos serviços de Suporte Técnico Especializado, Manutenção e Apoio deverá observar os Acordos de Nível de Serviço (SLA) estabelecidos no Termo de Referência, que constituem cláusulas essenciais do contrato. O SLA representa o instrumento pelo qual se definem os prazos, as condições de atendimento e os parâmetros mínimos de qualidade da prestação dos serviços, permitindo aferir objetivamente o desempenho da contratada e assegurar a conformidade com as exigências institucionais.

10.7.2. A adoção de SLA justifica-se pela alta criticidade da solução contratada, de solução de Computação de Borda (Edge Computing), composta por infraestrutura de datacenter com

características TIER III e rede de comunicação de baixa latência. Esses componentes formam a camada essencial de proteção da infraestrutura tecnológica do **SENAR-AR/MS**.

10.7.3. A indisponibilidade ou mau funcionamento da solução pode acarretar consequências graves, tais como:

10.7.4. Interrupção das atividades finalísticas do **SENAR-AR/MS**, com impacto direto nos programas de capacitação rural e na execução de sua missão institucional;

10.7.5. Exposição a ataques cibernéticos sofisticados, com risco de comprometimento da integridade e da disponibilidade de dados sensíveis;

10.7.6. Vazamento ou perda de informações estratégicas e pessoais, em afronta à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei nº 13.709/2018) e aos princípios de confidencialidade e responsabilidade institucional;

10.7.7. Prejuízos financeiros e reputacionais, decorrentes de indisponibilidade dos serviços, da necessidade de remediação emergencial ou de eventual responsabilização civil por falhas de proteção da informação.

10.7.8. Diante desse cenário, mostra-se imprescindível que a **CONTRATADA** assegure suporte técnico em regime contínuo (24x7x365) para incidentes críticos, bem como prazos de resposta e de resolução proporcionais à gravidade das ocorrências, de forma a mitigar riscos e garantir a rápida recuperação da normalidade operacional.

10.7.9. O atendimento deverá ocorrer por múltiplos canais (plataforma web, telefone e e-mail), todos com registro, rastreabilidade e protocolo eletrônico de cada chamado, permitindo ao **SENAR-AR/MS** acompanhar a execução e avaliar a conformidade do serviço prestado.

10.7.10. Além do atendimento a incidentes, o SLA deverá abranger:

10.7.11. Atualizações de software e patches de segurança, sempre incluídos no contrato e sem ônus adicional à instituição;

10.7.12. Execução de manutenções preventivas, corretivas e adaptativas, com comunicação prévia e mínima indisponibilidade;

10.7.13. Emissão de relatórios periódicos de desempenho, contendo indicadores de disponibilidade, tempos médios de resposta e de resolução, incidentes registrados, medidas preventivas implementadas e recomendações técnicas;

10.7.14. Auditoria contratual, possibilitando ao **SENAR-AR/MS** verificar o cumprimento dos parâmetros acordados e adotar medidas corretivas quando necessário.

10.7.15. A obrigatoriedade de SLA neste contrato ancora-se nos princípios da eficiência, economicidade, continuidade e segurança institucional. Ele não apenas assegura previsibilidade na prestação dos serviços, mas também estabelece mecanismos de responsabilização e penalidade em caso de descumprimento, criando garantias objetivas de desempenho e confiabilidade da solução de segurança cibernética.

10.8. O cumprimento das obrigações de SLA será acompanhado pelo Fiscal do Contrato designados pelo **SENAR-AR/MS**.

10.8.1. Compete à fiscalização contratual:

10.8.2. Monitorar continuamente os indicadores de desempenho definidos;

10.8.3. Aplicar glosas financeiras e multas progressivas conforme tabela estabelecida;

10.8.4. Considerar como inexecução parcial o não atendimento reiterado das condições estabelecidas;

10.8.5. Caracterizar como inexecução total o descumprimento continuado que comprometa a execução integral do objeto;

10.8.6. Adotar providências administrativas adicionais, inclusive rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções previstas no regulamento.

10.9. O **SENAR-AR/MS** poderá recusar o serviço prestado de forma insatisfatória, ou que apresente defeitos ou até mesmo seja considerado imprestável, devendo a **CONTRATADA** promover a correção às suas expensas, bem como, poderá cancelar o Contrato ou documento equivalente, no todo ou em parte, de acordo com sua conveniência.

10.9.1. A aprovação do objeto pela inspeção ou a sua dispensa, não diminui e nem altera a plena e total garantia e não exclui a responsabilidade civil da **CONTRATADA** por vícios de quantidade ou qualidade na execução do objeto, bem como no material empregado ou disparidade com as especificações técnicas exigidas neste instrumento ou atribuídas a **CONTRATADA**, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades verificadas durante sua utilização, garantindo-se ao **SENAR-AR/MS** as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor – CDC).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INEXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES FIRMADAS PELA CONTRATADA

11.1. A inexecução, total ou parcial, injustificada ou a execução deficiente, irregular ou inadequada do objeto contratado, assim como o descumprimento dos prazos e das condições estipuladas neste instrumento poderá, garantida a prévia defesa da **CONTRATADA**, ensejar sua rescisão contratual, por ausência de justa causa, sendo que para quaisquer destas hipóteses, mesmo que não resultante de rescisão contratual, o **SENAR-AR/MS** poderá, igualmente garantida à prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

11.1.1. ADVERTÊNCIA, nas hipóteses de:

- a) prestação de serviço em desconformidade com as especificações técnicas, de execução irregular ou extemporânea do ato de entrega, que não resulte em prejuízo para a execução do contrato.
- b) deixar de manter e/ou comprovar sua regularidade fiscal e demais condições de habilitação exigidas para a correta execução do objeto, até finda vigência do contrato.

11.1.2. MULTA MORATÓRIA de natureza não compensatória pelo não cumprimento das condições estabelecidas nesse instrumento, correspondente a:

- a) 0,5% (meio por cento) ao dia sobre o valor do serviço não executado, até o limite de 10% (dez por cento) de seu valor.
- b) 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço contratado, quando no ato de seu pagamento não for comprovada a regularidade fiscal para com a Fazenda Federal e Previdência Social (INSS), Fazenda Estadual ou Municipal (aquela que for pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste instrumento), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho (CNDT – TST) e a **CONTRATADA** não providenciar após notificada.

11.1.3. MULTA COMPENSATÓRIA, correspondente à:

- a) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado na hipótese de recusa em iniciar a prestação dos serviços após iniciada a vigência contratual.
- b) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado na hipótese em que a **CONTRATADA** perder os requisitos de habilitação e não os restabelecer após notificada.
- c) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado na hipótese em que se verificar o inadimplemento total ou parcial do ajuste por parte da **CONTRATADA**, determinante para ensejar o cancelamento do contrato.

11.1.4. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA do direito de licitar ou contratar com o **SENAR-AR/MS** pelo **prazo de até 03 (três) anos.**

11.2. A ausência de regularidade fiscal da **CONTRATADA** ensejará a interrupção da execução do objeto, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato pelo **SENAR-AR/MS**.

11.3. Para a aplicação das penalidades previstas neste contrato, a **CONTRATADA** será notificada para apresentação de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

11.4. Será instaurado processo administrativo interno (PAI) nas hipóteses de inobservância, pela **CONTRATADA**, do Código de Conduta e das Políticas do Programa de Integridade do SENAR-AR/MS.

11.5. As multas serão cobradas, a critério do **SENAR-AR/MS**, por uma das formas a seguir enumeradas:

a) Mediante descontos nos recebimentos a que a contratada tiver direito;

b) Mediante cobrança judicial.

11.5.1. As multas poderão ser aplicadas tantas vezes quantas forem as irregularidades constatadas.

11.6. As penalidades previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente com as outras penalidades previstas neste item, assim como com a penalidade de rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da adoção de outras medidas extrajudiciais e/ou judiciais cabíveis.

11.7. Após a decisão definitiva, em se aplicando a penalidade de multa, o **SENAR-AR/MS**, poderá descontá-la dos pagamentos eventualmente devidos à **CONTRATADA** ou proceder a sua cobrança administrativa, devendo ser recolhidas diretamente ao **SENAR-AR/MS** através de depósito em conta bancária indicada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação de sua aplicação, ou ainda, se for o caso, cobradas judicialmente.

11.8. Acaso os prejuízos decorrentes do inadimplemento por parte da **CONTRATADA** superem o valor das penalidades impostas, o **SENAR-AR/MS** se reserva ao direito de cobrar judicialmente a diferença verificada.

11.9. Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pelo **SENAR-AR/MS** e comprovadamente realizadas pela **CONTRATADA**.

11.10. Em caso de **REINCIDÊNCIA** da **CONTRATADA** em qualquer das hipóteses de inexecução, poderá ser rescindido o contrato unilateralmente, no que tange ao item no qual tenha se sagrado vencedora, cumuladas as penalidades previstas, garantida a defesa prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CONTRATAÇÃO ELETRÔNICA

12.1. As Partes, inclusive suas testemunhas, reconhecem a forma de contratação por meios eletrônicos e digitais como válida e plenamente eficaz, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação não emitidas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conforme disposto pelo artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS E DAS REGRAS ANTICORRUPÇÃO

13.1. No desenvolvimento das atividades relacionadas com a execução deste Contrato, as Partes observarão, no que couber, as disposições da Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet) e da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), e respectivas

regulamentações, comprometendo-se, **SENAR-AR/MS** e **CONTRATADA**, a procederem ao correto e adequado tratamento de dados pessoais a que tiverem acesso, inclusive pugnando pelo estrito e fiel cumprimento de suas obrigações contratuais relacionadas ao tema.

13.2. A sujeição das Partes, no que couber, às disposições da Lei nº 12.965/2014 e ao seu decreto regulamentador, não implica qualquer obrigação específica em matéria de privacidade e proteção de dados pessoais. Nessa hipótese, o adimplemento de tal obrigação recai sobre os provedores de conexão e aplicação, em sua relação com os internautas e/ou usuários finais.

13.3. A **CONTRATADA** deverá sempre proceder conforme as instruções/orientações recebidas do Senar no que se refere ao tratamento dos dados pessoais no âmbito deste Contrato, sendo que as instruções/orientações são consideradas como (i) as contidas neste Contrato; (ii) as inseridas na Política de Privacidade do Sistema CNA/SENAR/ICNA, disponível em www.cnabrazil.org.br; e (iii) outras instruções eventualmente repassadas por escrito ao longo da execução do Contrato.

13.4. Nos limites e nos termos da legislação aplicável, fica a **CONTRATADA**, dentre outras atribuições e responsabilidades, obrigada a (i) realizar o tratamento de dados pessoais única e exclusivamente para cumprir o objeto deste Contrato e as demais obrigações nele contidas; (ii) proceder ao tratamento de dados pessoais apenas quando haja base legal que o permita; (iii) obter o consentimento do titular dos dados pessoais, quando necessário; (iv) informar, corrigir, completar, excluir e/ou bloquear dados pessoais caso assim solicitado pelo titular dos dados e/ou pelo Senar; e (v) adotar medidas físicas, técnicas, administrativas e organizacionais, implementar ferramentas e utilizar tecnologias que sejam necessárias e suficientes para garantir a efetiva proteção, segurança e inviolabilidade dos dados pessoais a que tenha acesso em razão deste Contrato.

13.5. A **CONTRATADA** somente poderá subcontratar (caso exista previsão no instrumento contratual) qualquer parte dos serviços ora contratados para terceiros ("**suboperador**"), inclusive e especialmente quando esses serviços subcontratados envolverem o tratamento de dados pessoais, mediante prévia e expressa autorização do Senar. Nesse caso, a **CONTRATADA** permanecerá como única e exclusiva responsável, perante o Senar, por tudo quanto disposto neste instrumento, mas deverá celebrar um contrato escrito com o **suboperador** (i) sub-rogando-o no cumprimento das obrigações que lhe são impostas neste Contrato, inclusive no que se refere à proteção de dados; e (ii) estabelecendo medidas técnicas e organizacionais que o **suboperador** deverá implementar para desenvolver o serviço subcontratado em conformidade com a legislação aplicável.

13.6. A **CONTRATADA** deverá notificar o **SENAR-AR/MS** quanto a eventuais reclamações e/ou solicitações recebidas de titulares de dados pessoais e referentes ao tratamento que lhes é deferido, como, por exemplo, para correção, exclusão, complementação e/ou bloqueio de dados

pessoais. A **CONTRATADA** não deverá responder às eventuais reclamações e/ou solicitações, salvo prévia e expressa autorização do **SENAR-AR/MS**.

13.7. O **SENAR-AR/MS** notificará a **CONTRATADA**, em até 48h (quarenta e oito horas), para a imediata adoção das providências cabíveis, quando constatar (i) descumprimento, por parte da **CONTRATADA**, ainda que apenas suspeito, dos termos de qualquer legislação aplicável à proteção de dados; (ii) descumprimento de obrigações contratuais relativas ao tratamento dos dados pessoais; (iii) violação de segurança de dados pela/na **CONTRATADA** ou pelo/no **suboperador**; (iv) exposição e/ou ameaça à proteção e segurança de dados pessoais, no âmbito da Contratada ou do **suboperador**; (v) recebimento de qualquer ordem, emitida por autoridade judicial ou administrativa (inclusive da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD) que tenha, por objetivo, obter quaisquer informações relativas ao tratamento de dados pessoais decorrente deste Contrato.

13.8. Cada parte se obriga, ainda, a (a) informar imediatamente a outra em caso de quebra de segurança em relação aos dados pessoais a que tiverem acesso em razão desse Contrato, devendo haver mútua colaboração para a apuração de responsabilidades e para mitigar danos; (b) assegurar aos titulares dos dados o pleno e efetivo exercício ao direito de informação, acesso e oposição, na forma da Lei.

13.9. A **CONTRATADA** compromete-se, também, a auxiliar e cooperar tempestivamente com o Senar quando (i) o Senar tiver que cumprir com obrigações judiciais e/ou administrativas, em processos e/ou quaisquer outros procedimentos relacionados a tratamento de dados pessoais obtidos e/ou compartilhados em razão deste Contrato, sendo que a **CONTRATADA** deverá fornecer informações e todo tipo de auxílio disponível, a fim de contribuir para a demonstração da lisura do Senar e/ou para mitigação de sua responsabilidade; e (ii) o Senar tiver que cumprir com obrigações derivadas dos direitos dos titulares dos dados pessoais garantidos pela legislação aplicável, sendo que a **CONTRATADA** deverá fornecer informações e contribuir para sanar, tempestivamente, a reclamação e/ou solicitação do titular.

13.10. A **CONTRATADA** não está autorizada, pelo Senar, a compartilhar, alienar, permutar, ceder, doar, publicar e/ou transferir, de qualquer forma, os dados pessoais que sejam obtidos, se originem, ou sejam criados a partir do tratamento de dados decorrente da execução do objeto deste Contrato e das obrigações nele previstas.

13.11. A **CONTRATADA** se compromete a devolver todos os dados pessoais que vier a ter acesso em até 30 (trinta) dias corridos, sem manter cópia(s) armazenada(s), quando (i) o Senar solicitar; (ii) ocorrer a extinção deste Contrato, por qualquer motivo. Em adição, a **CONTRATADA** não deve guardar, armazenar e/ou reter os dados pessoais por tempo superior ao prazo legal ou necessário para a execução do presente Contrato.

13.12. A violação dos preceitos legais aplicáveis, por qualquer das Partes, sujeita a infratora às sanções contratuais, civis e penais decorrentes.

13.13. Caso realize o tratamento de dados pessoais em desrespeito às instruções fornecidas pelo Senar, à Política de Privacidade do Sistema CNA/SENAR, ao disposto neste instrumento, e/ou à legislação aplicável, a **CONTRATADA** será única e integralmente responsável por qualquer dano e/ou prejuízo causado ao Senar, ao titular dos dados pessoais e/ou a quaisquer outras pessoas, assim respondendo inclusive pelos atos do **suboperador**. A **CONTRATADA** se obriga a manter o Senar sempre indene quanto a eventuais custos, despesas, danos e/ou prejuízos decorrentes, direta ou indiretamente, do descumprimento de suas instruções, da Política de Privacidade, do disposto neste instrumento e/ou da legislação aplicável, a qualquer tempo, inclusive após a extinção, por qualquer motivo, do presente Contrato, ficando, ainda, assegurado ao Senar o direito de regresso face à **CONTRATADA** por ações e/ou omissões dela própria e/ou do **suboperador**.

13.14. Ajustam as partes, em caráter irrevogável e irretratável, que a relação contratual ora celebrada deverá obedecer aos mais estritos e rigorosos conceitos e princípios da ética, moralidade e boa-fé na execução do objeto deste instrumento, incluindo, mas não se limitando, a evitar por si e/ou através de terceiros, seja total ou parcialmente, direta e/ou indiretamente, relações, contatos e/ou contratos e parcerias com quaisquer tipos e/ou espécies de agentes que por qualquer meio ou forma tenham tido participação em atividades comerciais ilícitas, incluindo aí a da concorrência antiética ou desleal, das quais, em função da atividade exercida, as partes dela sabem ou deveriam de saber.

13.15. As partes também, garantem e concordam que, em cumprimento dos seus deveres e obrigações decorrentes deste instrumento, bem como seus sócios, integrantes não-sócios, prepostos, representantes, empregados, estagiários, colaboradores e/ou prestadores de serviços, cumprirão com todas as leis aplicáveis, incluindo leis antissuborno, regras, códigos, despachos, regulamentos, decretos, normas e convenções de qualquer jurisdição relevante, bem como a Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção Brasileira), às leis de qualquer país ou qualquer outro diploma legal similar.

13.16. As Partes declaram neste ato que estão cientes, conhecem e entendem os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente Contrato, em especial a Lei nº 12.846/2013 e seu respectivo Decreto nº 11.129/2022 (em conjunto denominadas “Regras Anticorrupção”), comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção.

13.17. As Partes, por si e por seus sócios, administradores, diretores, empregados, prestadores de serviço e agentes que venham a agir em seu nome, se obrigam a conduzir suas práticas comerciais, durante e para a consecução do presente Contrato, de forma ética e em

conformidade com os preceitos legais aplicáveis e declaram neste ato que: (i) não violaram, violam ou violarão as Regras Anticorrupção; e (ii) têm ciência de que qualquer atividade que viole as Regras Anticorrupção é proibida e que conhecem as consequências possíveis de tal violação.

13.18. A **CONTRATADA** assume que é expressamente contrária à prática de atos que atentem contra o patrimônio e a imagem do **SENAR-AR/MS** e se compromete a estabelecer, de forma clara e precisa, os deveres e as obrigações de seus sócios, integrantes não-sócios, prepostos, representantes, empregados, estagiários, colaboradores e/ou prestadores de serviços em questões comerciais, para que estejam sempre em conformidade com as leis, as normas vigentes e as determinações aplicáveis ao **SENAR-AR/MS** e a este instrumento.

13.19. Fica acordado, que nenhuma das partes, poderá oferecer dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras, benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob a leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta ao objeto deste instrumento, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus sócios, integrantes não-sócios, prepostos, representantes, empregados, estagiários, colaboradores e/ou prestadores de serviços ajam da mesma forma.

13.20. Qualquer descumprimento das Regras Anticorrupção por qualquer das Partes, em qualquer um dos seus aspectos, ensejará a rescisão motivada imediata do presente Contrato, independentemente de qualquer notificação, observadas as penalidades previstas neste Contrato e, em caso de ato e/ou omissão que possa ser interpretado como uma violação desta Cláusula, em vez de denunciar o Contrato, a parte inocente, a seu exclusivo critério, poderá suspender os efeitos do presente Contrato até o final da investigação relacionada a tal violação, enviando uma notificação à parte sob investigação a este respeito com efeitos imediatos, sem que a parte inocente incorra em qualquer penalidade ou responsabilidade perante a parte sob investigação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

14.1. O presente contrato poderá ser rescindido amigavelmente, por iniciativa das partes, mediante prévio aviso expresso e escrito, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, sem prejuízo do cumprimento das obrigações contratuais assumidas até a efetiva data da rescisão.

14.2. O presente instrumento poderá ser rescindido unilateralmente pelo **SENAR-AR/MS**, garantida a prévia defesa da **CONTRATADA**, nos seguintes casos:

a) inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais assumidas;

b) o atraso injustificado ou a paralisação do desenvolvimento das atividades relacionadas à execução do objeto deste Contrato, sem justa causa e prévia comunicação, as quais acarretem prejuízo ao SENAR-AR/MS;

c) Ausência de regularidade fiscal da **CONTRATADA**;

d) ceder ou transferir, no todo ou em parte, os serviços que constituem objeto do presente Contrato;

e) reincidência em infração contratual;

f) Descredenciamento;

g) decretação de falência, a liquidação judicial ou extrajudicial da **CONTRATADA** ou, ainda, o ingresso desta última em processo de recuperação judicial ou extrajudicial;

h) o não atendimento, pela **CONTRATADA**, das recomendações feitas pelo **SENAR-AR/MS** no exercício do direito de acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;

i) a dissolução ou extinção de qualquer das partes;

j) a alteração social ou da estrutura da **CONTRATADA**, que prejudique a execução do Contrato;

k) inobservância do Código de Conduta do **SENAR-AR/MS**;

l) inobservância das Políticas do Programa de Integridade do **SENAR-AR/MS**;

m) inobservância das leis aplicáveis ao combate à corrupção, incluindo leis antissuborno, regras, códigos, despachos, regulamentos, decretos, normas e convenções de qualquer jurisdição relevante, bem como a Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção Brasileira), às leis de qualquer país ou qualquer outro diploma legal similar;

n) inobservância das disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), e respectivas regulamentações.

14.2.1. A rescisão contratual fica condicionada à notificação da **CONTRATADA** para exercício do contraditório e ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

14.2.2. A rescisão, por qualquer que seja o motivo, não dará à **CONTRATADA**, direito à indenização a qualquer título, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, salvo ressarcimento de despesas autorizadas pelo **SENAR-AR/MS** e comprovadamente realizadas pela **CONTRATADA**, e desde que relacionadas aos serviços contratados.

14.2.3. A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte do **SENAR-AR/MS**, a retenção dos créditos decorrentes deste contrato, se houver, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste, até a completa indenização dos danos, o que fica, desde já, expressamente autorizado pela **CONTRATADA**.

14.2.4. A rescisão contratual não afasta eventual aplicação concomitante das penalidades previstas na cláusula décima deste instrumento.

14.3. Caso este contrato seja rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes ou não seja prorrogado, deverá a **CONTRATADA** devolver imediatamente todo e qualquer material, equipamento que tenha sido disponibilizado para a realização dos trabalhos, bem como demais bens de propriedade do **SENAR-AR/MS** que estejam sob sua responsabilidade (crachás de identificação, camisetas, bonés etc.).

14.4. Em caso de cisão, incorporação ou fusão da **CONTRATADA** com outras empresas, caberá ao **SENAR-AR/MS** decidir expressamente pela continuidade do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA NOVAÇÃO

15.1. A não utilização, por qualquer das partes, dos direitos assegurados a elas, neste instrumento e na legislação em geral, e a não aplicação de quaisquer sanções neles previstas não importam em novação a seus termos; não devendo, portanto, ser interpretadas como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras, e todos os recursos postos à disposição do **SENAR-AR/MS** serão considerados como cumulativos e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir todas as questões oriundas do presente contrato, sendo esta competente para a propositura de qualquer medida judicial, decorrente deste instrumento contratual, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acordados, assinam os representantes das partes contratantes o presente instrumento, juntamente com 02 (duas) testemunhas, de tudo cientes, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Grande, MS, xx de xxxxxx de 2026.